



REPÚBLICA
PORTUGUESA

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Orçamento do Estado para 2019

Programa Orçamental Representação Externa

DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

5 de novembro de 2018



ÍNDICE

I	NOTA INTRODUTÓRIA	3
II	PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA	4
III	SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL.....	19
IV	TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL.....	25



I NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para 2019. Organiza-se em três partes distintas.

Na primeira parte, são apresentadas as principais medidas de política para o ano de 2019, que os recursos financeiros e humanos do MNE contribuirão para pôr em prática. De modo a compreender a continuidade e o desenvolvimento de tais medidas, começa por fazer-se um breve balanço das metas alcançadas e das medidas concretizadas ao longo de 2018.

Na segunda parte, são apresentados os meios financeiros ao dispor da representação externa de Portugal em 2019. Estes meios provêm de várias fontes de financiamento e assumem diversas formas, da despesa corrente e de investimento às linhas de crédito e garantias, que serão devidamente especificadas.

Na terceira parte, é registada a evolução da rede externa e são listados os meios humanos do Ministério, segundo as diferentes categorias profissionais e funcionais.

II PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA

1. BALANÇO DE 2018

Tendo presente os eixos prioritários de intervenção do Governo em termos de política externa e a necessidade de concretizar uma gestão rigorosa, criteriosa e flexível, o MNE realizou, em 2018, um conjunto de medidas de política das quais se destacam:

1.1. No âmbito da política europeia:

- Elaboração de posição nacional sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 (QFP) e sua comunicação à Comissão Europeia; reação à proposta da Comissão e posterior acompanhamento da negociação dos regulamentos sectoriais;
- Cumprimento das regras de consolidação orçamental e equilíbrio das finanças públicas, com a obtenção da melhoria da classificação de Portugal em matéria de desequilíbrios macroeconómicos;
- Participação ativa no debate sobre o futuro da Europa, e na implementação da Agenda de Líderes, continuando a impulsionar a reforma e conclusão da União Económica e Monetária e concretizando a iniciativa nacional “Encontros com os cidadãos”;
- Participação na negociação da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), defendendo os interesses europeus e nacionais, com especial enfoque nos direitos dos cidadãos; assegurando ao mesmo tempo as medidas de preparação e contingência nos vários cenários possíveis de *Brexit*;
- Participação dos processos conduzidos a nível europeu em torno da defesa do Estado de Direito e da promoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- Impulso político e acompanhamento ativo das iniciativas legislativas nas áreas do Mercado Interno, designadamente no âmbito das Estratégias do Mercado Único de Bens e Serviços, do Mercado Único Digital e da União da Energia, assim como na elaboração de uma estratégia de redução, a longo prazo, das emissões de gases com efeito de estufa;
- Participação na resposta à crise dos refugiados e na regulação das migrações, através do apoio à reforma do sistema europeu de asilo, ao desenvolvimento da Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia, à maior atenção à cooperação com países de origem e trânsito através do desenvolvimento de uma parceria com África e à execução do Acordo UE-Turquia;
- Implementação da agenda de segurança interna, incluindo na vertente do combate ao terrorismo, mas também do reforço do mecanismo europeu de proteção civil;
- Acompanhamento da implementação da nova estratégia comercial da UE e das negociações em curso e em arranque, com destaque para o Mercosul, México e Japão, a Austrália e a Nova Zelândia, os países ASEAN e com a China; assim como da concretização do acordo CETA, com o Canadá;



- Participação na implementação da Estratégia Global de Segurança da União Europeia e no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, através da adesão de Portugal à Cooperação Estruturada Permanente;
- Contribuição para o desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança, quer a Sul, quer a Leste, com a atenção específica, da parte de Portugal, à relação com o espaço regional do Mediterrâneo, do Sahel e da África Ocidental.

1.2. No âmbito das relações multilaterais:

- Eleição de António Vitorino para Diretor-geral da Organização Internacional das Migrações e de Francisco Ribeiro Telles para Secretário-Executivo da CPLP;
- No quadro das Nações Unidas:
 - Participação ativa no sistema das Nações Unidas, com ênfase nas agendas de direitos humanos, paz e segurança, desenvolvimento sustentável, migrações, oceanos e alterações climáticas;
 - Participação portuguesa em missões de paz, designadamente na República Centro-Africana;
 - Envolvimento na Agenda 2030 e na monitorização da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
 - Reforço da diplomacia para os direitos humanos, designadamente no quadro das comemorações do 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos;
- No quadro da CPLP, contribuição para implementação da Nova Visão Estratégica, designadamente através da dinamização da agenda da cidadania, do reforço do papel do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e da admissão de novos Observadores Associados;
- No quadro da NATO, valorização da dimensão política da Aliança e da relação de complementaridade com a UE, assim como apresentação do plano nacional de cumprimento do Compromisso de Gales;
- No quadro do combate ao terrorismo, participação nas plataformas europeias de cooperação entre organismos de segurança e informações e participação em missões internacionais, designadamente no quadro da Coligação Internacional de Combate ao *Daesh*;
- No quadro da defesa da abolição da pena de morte, realização de ações em sede de Nações Unidas, Conselho da Europa e CPLP;
- No quadro do relacionamento entre a Europa e a América Latina, consideração do seu amplo potencial nos planos político-diplomático, de cooperação, cultural e económico, valorizando a nossa participação na Conferência Ibero-Americana e na OEI;



- No quadro do relacionamento entre a Europa e a África, apoio à implementação de uma Aliança Europa-África e aos fóruns formais e informais, como a União para o Mediterrâneo e o Diálogo 5+5.

1.3. No âmbito do reforço das relações bilaterais:

- Relacionamento bilateral com os países de língua portuguesa, com a realização de cimeiras ou visitas do mais alto nível com Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, além do contacto com as autoridades do Brasil, Guiné-Bissau e Timor-Leste;
- Consolidação das relações bilaterais com países europeus (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, Eslovénia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Polónia, Reino Unido, Roménia, Sérvia, Suíça, Turquia); realização da Cimeira Portugal-Espanha-França sobre interconexões energéticas e da 30.^a Cimeira Portugal-Espanha;
- Desenvolvimento do relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América, com destaque para a realização do Mês de Portugal nos EUA e para os avanços na resolução de questões ligadas à Base das Lajes;
- Valorização dos laços com a América Latina, atentas as afinidades históricas e culturais, desenvolvendo o potencial que os países da região oferecem às empresas portuguesas e reforçando o relacionamento com vários países (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, Honduras, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai, Venezuela);
- Reforço do relacionamento com os países da África Subsaariana, considerando, designadamente, a presença de comunidades portuguesas e os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional, dando continuidade aos contactos a nível político (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: África do Sul, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Quénia, Ruanda, Suazilândia, Togo);
- Aprofundamento das relações bilaterais com os países do Norte de África nas suas múltiplas vertentes, em particular com a Argélia (com a realização de uma Cimeira), Egipto, Marrocos e Tunísia;
- Desenvolvimento das relações com os países da Ásia e Ásia-Pacífico, através da realização de visitas, consultas políticas e da negociação de instrumentos bilaterais, salientando a promoção da Parceria Estratégica Global com a China (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Austrália, China, Emiratos Árabes Unidos, Índia, Indonésia, Irão, Japão, Jordânia, Nepal, Nova Zelândia, República da Coreia, Sri Lanka e Vietname);
- Realização das Comissões Mistas com China e Região Administrativa Especial de Macau, Estados Unidos da América, Jordânia, República da Coreia, Turquia, Ucrânia e Venezuela.



1.4. No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:

- Difusão e internacionalização da língua e cultura portuguesas, no contexto da formação superior, nomeadamente, através de:
 - Expansão da rede Camões de ensino superior em universidades estrangeiras, incluindo por via da criação de novos leitorados em Malabo, Abidjan e Guadalajara;
 - Expansão da rede de cátedras, promovendo o ensino e investigação em estudos de língua e cultura portuguesa, com a criação de três novas cátedras: Alemanha, Cátedra José de Almada Negreiros; Chile, Cátedra Fernão de Magalhães; e Itália, Cátedra António Lobo Antunes.
- Difusão e internacionalização da língua e cultura portuguesas, no contexto dos sistemas de ensino básico e secundário, nomeadamente, através de:
 - Desenvolvimento da rede de ensino português como língua de herança, dando assim resposta às necessidades da comunidade portuguesa, designadamente através das coordenações de ensino, através da consolidação dos cursos complementares no Luxemburgo e dos cursos de ensino internacional de língua estrangeira em França, bem como da criação da modalidade de cursos complementares na África do Sul;
 - Apoio à aprendizagem do português como língua estrangeira, por via da promoção da integração curricular em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação, com destaque para países europeus, africanos e latino-americanos.
- Continuação da qualificação do ensino português no estrangeiro, através, designadamente, de:
 - Divulgação do Referencial de Português Língua Estrangeira, produzido pelo Camões, com chancela do Conselho da Europa;
 - Aposta no digital e no ensino à distância;
 - Consolidação da credenciação do português no sistema de acesso ao ensino superior (nos EUA);
 - Formação contínua de professores, tradutores e intérpretes;
 - Apoio à investigação;
 - Disponibilização de manuais escolares não só à rede oficial Camões como também à rede apoiada;
- Consolidação da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais;
- Alargamento do programa da Ação Cultural Externa para 2018 a mais oito países, e com destaque para a participação como país convidado da Feira do Livro de Guadalajara;
- Arquitetura e desenvolvimento da medida Simplex +2017: e-Ação Cultural Externa;
- Apresentação da programação das comemorações Fernão Magalhães.

1.5. No âmbito da política de Cooperação para o Desenvolvimento:

- Reforma da cooperação portuguesa, com a adoção de pacote legislativo para a descentralização e simplificação da gestão dos projetos, revisão da Lei dos Agentes de Cooperação e criação de seis centros portugueses de cooperação nos PALOP e em Timor Leste;
- Consolidação do aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, confirmando a tendência de subida iniciada em 2016 com uma melhoria de 8% em 2017, quer em termos absolutos, quer em termos de rácio APD/RNB;
- Assinatura do novo Programa Estratégico de Cooperação (PEC) com Angola e negociação do PEC com Timor-Leste;
- Aumento da carteira de projetos com financiamento europeu a serem implementados pela cooperação portuguesa, tanto nos PALOP e Timor-Leste, como em novas geografias (Brasil, Colômbia, África Ocidental);
- Promoção da diversificação de fontes de financiamento da cooperação e do apoio ao investimento do setor privado nos países em desenvolvimento, designadamente através de uma melhor articulação com os bancos europeus e multilaterais de investimento (Banco Mundial, Banco Europeu de Investimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento);
- Redinamização da SOFID, instituição financeira para apoio ao investimento privado nos países em desenvolvimento e emergentes, incluindo a sua recapitalização e a aprovação de novos instrumentos financeiros para alavancagem junto da banca multilateral;
- Negociação com o Banco Africano de Desenvolvimento de um “Compacto para o Investimento nos PALOP”, tendo em vista a promoção do investimento privado nesses países através de mecanismos de mitigação de risco, financiamento e assistência técnica;
- Lançamento de uma nova linha de financiamento para projetos de ação humanitária, incrementando a capacidade de ação das ONGD e o seu acesso a financiamento internacional;
- Participação ativa nas negociações do próximo QFP, no âmbito do instrumento de ação externa, bem como no mandato negocial do futuro relacionamento UE – ACP (países do Grupo África, Caraíbas e Pacífico);
- Aprovação da nova Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento para o período 2018-2022 e assinatura do respetivo Plano de Ação;
- Aprofundamento da parceria com a Plataforma Portuguesa das ONGD, através da assinatura de um novo Contrato-Programa para o período 2018-2022 e aumento do financiamento para desenvolvimento de ações em três grandes áreas: reforço das competências das ONGD; aprofundamento das parcerias entre ONGDs e outros atores da cooperação portuguesa; promoção de informação de qualidade sobre cooperação, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária;



- Consolidação do apoio financeiro às organizações da sociedade civil através das três linhas de cofinanciamento de projetos nos domínios da cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e apoio a conferências, seminários e estudos, que se traduziram no cofinanciamento de um total de 60 projetos e ações;
- Organização em Lisboa de reuniões internacionais de alto nível em matéria de cooperação triangular, reforçando o papel de liderança que a Cooperação Portuguesa tem vindo a assumir na criação de pontes entre doadores tradicionais e atores da cooperação Sul-Sul;
- Avaliação positiva da OCDE à Cooperação Portuguesa, reconhecendo os progressos feitos desde o início desta Legislatura, nomeadamente no âmbito da diversificação de financiamentos e parcerias, trabalho com o setor privado e instituições multilaterais, e cooperação triangular;
- Apoio ao trabalho da Plataforma Global dos Estudantes Sírios e promoção, nos fóruns internacionais, da criação de um Mecanismo de Resposta Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência.

1.6. No domínio da cidadania da CPLP, destaca-se a concretização da seguinte medida:

- Participação no trabalho técnico e de concertação político-diplomática em torno de um regime de mobilidade tendo em vista a progressiva construção de uma cidadania da CPLP e seguindo as orientações da Cimeira do Sal.

1.7. No âmbito da atividade consular e da valorização das relações com as comunidades portuguesas:

- Acompanhamento muito atento e próximo às comunidades portuguesas que passam por dificuldades políticas circunstanciais, com destaque para a Venezuela, designadamente, através de:
 - Reforço da rede consular; através da colocação de seis elementos nos Consulados Gerais e na Embaixada; destacamento de uma missão conjunta, entre o Ministério da Justiça e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para o reforço da capacidade de despacho de processos de registo civil e de nacionalidade;
 - Isenção de pagamento de emolumentos consulares;
 - Prosecação de um roteiro de “permanências sociais”, cobrindo regiões mais remotas do território e permitindo aproximar os nossos serviços consulares dos nossos compatriotas; realização de permanências consulares e implementação do regime excecional no quadro do ASEC-CP, aprovado em 2017, que veio flexibilizar o acesso de cidadãos em situação vulnerável a apoios sociais;
 - Concessão de apoios financeiros ao movimento associativo;
 - Implementação de uma rede de apoio médico à comunidade portuguesa em cinco cidades da Venezuela; assinatura de um protocolo de cooperação entre



- o MNE e o Ministério da Saúde relativo ao apoio à comunidade portuguesa na Venezuela na área da saúde (medicamentos e tratamentos médicos);
- o Criação de uma funcionalidade no portal IEPF ONLINE, que veio permitir a apresentação de candidaturas a ofertas de emprego em Portugal por parte de cidadãos portugueses e lusodescendentes residentes na Venezuela;
- o Articulação com outros departamentos ministeriais, poder local e o Governo Regional da Madeira, no que se refere ao acolhimento em Portugal de cidadãos provenientes da Venezuela;
- Apoio específico à comunidade portuguesa residente no Reino Unido, através do reforço da estrutura consular em Londres e Manchester com meios humanos e informáticos, bem como através da realização de sessões públicas de esclarecimento no quadro do *Brexit*;
- Contacto e visita às comunidades portuguesas residentes nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Eslovénia, Estados Unidos da América, Espanha, França, Luxemburgo, Moçambique, Nova Zelândia, Reino Unido, Suazilândia, Suíça e Venezuela;
- Continuação da modernização da rede consular numa ótica de simplificação e de proximidade com os utentes, dando-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão Consular e implementando o projeto piloto Centro de Atendimento Consular para a rede consular em Espanha;
- Operacionalização nos Consulados Gerais em Paris e São Paulo de estruturas do “Espaço do Cidadão”;
- Reforço da rede consular com a abertura de Escritórios Consulares em Nantes e Frankfurt, integrados, respetivamente, no Consulado Geral em Paris e no Consulado Geral em Estugarda; abertura do Consulado Geral em Cantão e reabertura da Secção Consular da Embaixada em Nairobi;
- Continuação do mapeamento sistemático da rede de consulados honorários e definição de critérios objetivos para a atribuição de subsídios para o seu funcionamento;
- Realização em 2018 do Seminário de Cônsules Honorários, subordinado ao tema: “Rede Honorária de Portugal no Mundo: Realidade e Potencial”, que contou com a participação de mais de 100 cônsules honorários de provenientes de 60 países, em 5 continentes;
- Consolidação da ação do Gabinete de Emergência Consular e da sua articulação com outros serviços relevantes e a rede consular do MNE, permitindo o reforço da proteção consular dos portugueses residentes ou em trânsito no estrangeiro;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades da *App* do Registo do Viajante, permitindo a utilização em dispositivos *tablet*;
- Realização em dezembro de 2018 de Seminário subordinado ao tema “*Prevent and Protect- an Integrated Approach to External Conflicts and Crises*”, que conta com a presença de entidades políticas e altos dirigentes dos países da União Europeia e de instituições europeias, responsáveis pelas áreas da proteção consular e proteção civil;



- Organização dos Diálogos com as Comunidades na Suíça (Lausanne, Berna e Zurique), na Bélgica (Bruxelas), no Reino Unido (Londres), em França (Paris) e no Luxemburgo, no sentido de divulgar informação sobre os direitos dos portugueses emigrantes e sobre questões fiscais, laborais, sociais, de segurança, de cidadania e de igualdade de género;
- Continuação do alargamento da rede e reforço das atribuições dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), com a inclusão de funcionalidades relacionadas com as atividades de investimento e do turismo;
- Realização do Encontro Anual dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), em Pedrógão Grande;
- Criação de Gabinetes de Apoio ao Emigrante em municípios estrangeiros, designadamente em França (Metz), no Reino Unido (Wrexham) e na Austrália (Melbourne e Inner West);
- Promoção da diáspora portuguesa enquanto alavanca da internacionalização da economia portuguesa, nomeadamente através da ação do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, e com a realização, em dezembro de 2018, na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa - Penafiel, do “III Encontro de Investidores da Diáspora”. Em julho realizou-se o I Encontro Intercalar de Investidores da Diáspora, na Praia da Vitória, Açores;
- Valorização das redes que reúnem estudantes, investigadores e profissionais pós-graduados portugueses na Alemanha, Benelux, Estados Unidos, França e Reino Unido (GRaPE, Graduados Portugueses nos Estrangeiros);
- Valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas, designadamente da ação do Conselho Permanente, da participação a nível político nas diversas reuniões das comissões temáticas e nos Conselhos Regionais;
- Valorização do associativismo entre as comunidades, designadamente através da implementação do regime de apoios financeiros aprovado em 2017, que contemplou a realização de diversas ações de formação envolvendo centenas de participantes;
- Incentivos à participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro, designadamente através da aprovação pelo Parlamento, sob proposta do Governo, do alargamento aos cidadãos residentes no estrangeiro do regime de recenseamento automático.

1.8. No âmbito da internacionalização da economia:

- Execução das medidas previstas no Programa Internacionalizar, acompanhada regularmente pelo Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia;
- Prossecução do objetivo estratégico de aumento da captação de investimento, através, designadamente, de:
 - Missões de captação de investimento direto estrangeiro para Portugal, nos seguintes países: Alemanha, Brasil, Canadá, China (incluindo Macau), Costa do



- Marfim, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México e Reino Unido;
- Apoio ao investimento, com aproveitamento do programa Portugal 2020 e por via de incentivos fiscais;
 - Apoio à qualificação do território através do lançamento da ferramenta de promoção internacional *Portugal Site Selection*;
 - Criação do Fundo de Fundos para a Internacionalização – instrumento de coinvestimento dotado, em cinco anos, de 100 milhões de euros.
- Apoio à internacionalização de empresas e às empresas exportadoras (quer para abertura de novos mercados, quer em mercados já com presença de empresas portuguesas), designadamente através de:
 - Realização de missões nos seguintes países: Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, (incluindo Macau), Costa do Marfim, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, França, Índia, Itália, Japão, México, Moçambique e Reino Unido;
 - Atribuição de incentivos financeiros, no âmbito do programa Portugal 2020, através de contratualização de projetos que reforcem a capacitação empresarial das PME e permitam potenciar a sua base e capacidade exportadora, assim como o reconhecimento internacional, através da implementação de ações de promoção e marketing, da presença em certames internacionais e da prospeção e acesso a novos mercados;
 - Participação em feiras internacionais em diversos setores produtivos, designadamente nas fileiras casa, indústrias criativas, agroalimentar e tecnologias de informação, pedras ornamentais, assim como em feiras internacionais de carácter multissetorial, (e.g. a FILDA, em Angola, a FACIM, em Moçambique e a MIF, em Macau e FIL de Guadalajara);
 - Realização de cinco reuniões de cadeias de valor: agroalimentar, moda, automóvel, água e TIC.
 - Apoio às empresas exportadoras e à captação de IDE no contexto do *Brexit*;
 - Conclusão da 22.ª edição e lançamento da 23ª edição do Programa INOV-Contacto;
 - Participação e valorização do evento internacional *Web Summit*, através, designadamente, do apoio à organização e sua coordenação, e do apoio à participação de convidados estrangeiros;
 - Início da preparação da participação nacional da Expo Dubai 2020.

2. PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2019

Na linha de continuidade e coerência que a caracteriza, a política externa portuguesa desenvolver-se-á, em 2019, em torno dos seguintes eixos estruturais:

- Integração europeia;
- Multilateralismo;
- Relações bilaterais;
- Internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesa;
- Cooperação para o desenvolvimento;
- Promoção da cidadania da CPLP;
- Valorização das comunidades portuguesas;
- Internacionalização da economia portuguesa.

2.1. No âmbito da política europeia, serão empreendidas as seguintes medidas principais:

- Defender os interesses nacionais e promover os valores europeus na negociação do próximo Quadro Financeiro Plurianual, com destaque para a defesa de políticas estratégicas como a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum, o apoio à criação de instrumentos de apoio às reformas estruturais e ao investimento e a promoção da convergência e inclusividade nos programas de gestão centralizada;
- Acompanhar a fase final do processo da saída do Reino Unido da UE, tanto ao nível europeu como bilateral, assegurando uma preparação adequada para qualquer cenário de saída; e participação na negociação do acordo futuro;
- Contribuir para a reforma e conclusão da União Económica e Monetária, nomeadamente defendendo a criação de uma capacidade orçamental própria;
- Contribuir para que seja alcançado acordo sobre a abordagem europeia à política de asilo, de migrações e de acolhimento dos refugiados;
- Participar ativamente nos vários processos negociais de acordos de livre comércio com países terceiros e nos restantes dossiês da política comercial da UE, junto com a salvaguarda dos interesses nacionais na relação económica e comercial com os Estados Unidos, a China, a Índia e outros atores;
- Manter o diálogo permanente com vista à promoção e defesa dos valores fundamentais da UE, em particular o Estado de Direito e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- Continuar o compromisso com as outras dimensões fundamentais da integração europeia, designadamente a transição digital, o combate às alterações climáticas, a transição energética e a Cooperação Estruturada Permanente;
- Participar na concretização da Aliança Europa-África;
- Iniciar a preparação da Presidência de Portugal da União Europeia em 2021;
- Concluir a iniciativa dos “Encontros com os Cidadãos” sobre o Futuro da Europa com a apresentação do relatório nacional.



2.2. No âmbito das relações multilaterais merecem destaque as seguintes medidas:

- Contribuir para a afirmação e reputação de Portugal, promovendo, pela sua ação, o respeito pelo direito internacional e uma cultura de defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, de respeito pelo direito internacional humanitário, de promoção da paz, da democracia e do Estado de direito;
- Participar ativamente no sistema das Nações Unidas, com atenção permanente ao programa de ação do Secretário-Geral e destacando as missões de paz e de segurança, a defesa, promoção e respeito dos direitos humanos, a preparação da próxima Conferência dos Oceanos, a coordenação dos trabalhos para o Pacto do Ambiente, a promoção da agenda das alterações climáticas e da agenda humanitária, a implementação dos Pactos das Migrações e dos Refugiados e a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- Apoiar a Presidência e o Secretariado Executivo da CPLP, tendo em vista a implementação da Nova Visão Estratégica e do Plano de Díli para a Língua Portuguesa;
- Monitorizar a avaliação da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Valorizar o mandato no conselho executivo da UNESCO, em que Portugal ocupa uma das vice-presidências;
- Participar nos fóruns multilaterais e regionais de cooperação, desenvolvimento e segurança, designadamente valorizando a participação nas organizações da Conferência Ibero-americana, na União para o Mediterrâneo, no Conselho da Europa e nas atividades do Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa, assim como na NATO.

2.3. No âmbito das relações bilaterais destaca-se o relacionamento:

- Com os países africanos de língua portuguesa e Timor Leste;
- Com os Estados Unidos da América, aprofundando a cooperação nas áreas da defesa, economia, energia, ciência, tecnologia e educação;
- Com o Canadá, aprofundando as relações nas diversas vertentes e tendo em vista a comunidade portuguesa ali residente;
- Com a Espanha, pondo em prática as decisões da Cimeira de 2018;
- Com a França e a Alemanha, tendo particularmente em conta a densidade das relações económicas e a convergência nos grandes temas da política europeia e internacional;
- Com o Reino Unido, garantindo ligações estreitas no cenário pós-Brexit;
- Com os países da África Ocidental, Oriental e Austral, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional, quer a presença, em muitos deles, de importantes comunidades portuguesas;
- Com os países do Magrebe, considerando os interesses comuns em matéria económica e de segurança e também a necessária atenção ao Sahel;



- Com os países latino-americanos, mantendo a cooperação com o Brasil e o aprofundando as relações com a Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai, quer na vertente económica, quer na língua e cultura;
- Com os países da Ásia-Pacífico, designadamente no que concerne a um novo patamar de relacionamento com a China e Índia, assim como face a outros importantes parceiros como o Japão e a República da Coreia;

2.4. No âmbito da internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesas serão concretizadas as seguintes medidas principais:

- Reforço do ensino de português, no contexto de formação superior no estrangeiro, através da abertura de novos leitorados, centros de língua e cátedras, do estabelecimento de novas parcerias entre o Camões e universidades estrangeiras e/ou instituições congéneres e da disponibilização de bolsas e materiais científicos e pedagógicos;
- Consolidação da rede de ensino de português no estrangeiro (nível básico e secundário), quer como língua de herança, quer como língua estrangeira integrada nos currículos nacionais ou regionais de diferentes países; destacando-se o início do ensino de português como língua estrangeira em escolas secundárias da Argélia e da Costa do Marfim e o seu alargamento a todas comunidades espanholas fazendo fronteira com Portugal;
- Desenvolvimento do Centro Virtual Camões, do ensino à distância e dos cursos para públicos específicos, em particular, de formação de professores;
- Ampliação dos processos de certificação de competências em língua portuguesa (designadamente do exame Camões Júnior) e de credenciação do português nos sistemas de acesso ao ensino superior;
- Avaliação e consolidação do programa Empresa Promotora de Língua Portuguesa;
- Desenvolvimento de novo Sistema Integrado de Informação de apoio à gestão da rede de Ensino Português no Estrangeiro (medida Simplex+2018), assim permitindo mais qualidade e acessibilidade dos serviços prestados quer aos docentes da rede quer aos Encarregados de Educação;
- Consolidação do Programa Indicativo de Ação Cultural Externa, com maior envolvimento de instituições públicas e privadas e melhor articulação com os planos da AICEP e do Turismo de Portugal. Relevam especialmente, no quadro do Programa, as seguintes comemorações: Viagem de Magalhães, 40 anos de relações diplomáticas com a China e centenário do nascimento de Sophia de Mello Breyner; e as iniciativas em torno do livro e da edição, nomeadamente a participação como país convidado na Feira de Sevilha e o apoio à edição de traduções de autores de língua portuguesa.

2.5. No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam-se as seguintes medidas:



- Continuar o aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, conforme os compromissos internacionais assumidos;
- Aprovar a Estratégia da Cooperação Portuguesa para o Setor Privado e consolidar o trabalho da SOFID, em estreita articulação com as instituições europeias e internacionais vocacionadas para o financiamento do desenvolvimento;
- Reforçar a parceria privilegiada com os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, através da implementação dos Programas Estratégicos de Cooperação;
- Promover a mobilidade académica, através da revisão dos regulamentos de atribuição de bolsas no quadro do programa de bolsas do Camões e promovendo um melhor acompanhamento dos bolsiros lusófonos em Portugal;
- Monitorizar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030, nomeadamente na sua dimensão externa;
- Intervir ativamente nos diferentes dossiês europeus com efeitos diretos ou indiretos na modelação da política da UE em matéria de desenvolvimento;
- Implementar os projetos europeus delegados na cooperação portuguesa e designadamente os projetos RETFOP e FRESAN, ambos em curso em Angola;
- Reforçar a parceria com as principais organizações internacionais na área do desenvolvimento, designadamente no quadro das Nações Unidas, assim como a cooperação triangular e trilateral.

2.6. No âmbito da cidadania da CPLP, destacam-se as seguintes medidas:

- Prosseguir a concertação político-diplomática em torno de um regime de mobilidade da CPLP, tendo em vista a progressiva construção de uma cidadania própria da CPLP;
- Valorizar a cooperação desenvolvida por diferentes organismos da administração pública, escolas e universidades, associações empresariais e sindicais e organizações não-governamentais, nas áreas das artes e cultura, educação e ciência, economia e emprego, juventude e desporto, e arquitetura institucional.

2.7. No âmbito da valorização das relações com as comunidades portuguesas, destacam-se as seguintes medidas:

- Desenvolver os mecanismos de apoio de emergência às comunidades residentes em países que passam por crises económicas, sociais ou políticas;
- Prosseguir as iniciativas de proximidade e informação à diáspora portuguesa nas mais diversas áreas, tais como os Diálogos com as Comunidades e as campanhas de sensibilização;
- Acompanhar a gestão de pessoal na rede consular, realizar os concursos de recrutamento indispensáveis para a consolidação dos recursos humanos ao dispor da rede e prosseguir a renovação e modernização dos seus equipamentos técnicos;



- Desenvolver os projetos de modernização do atendimento e da prestação de serviços consulares, designadamente o Centro de Atendimento Consular e o eConsulado;
- Reforçar os mecanismos de apoio à ação do Gabinete de Emergência Consular para situações de emergência e da articulação com outros serviços relevantes e a rede consular do MNE;
- Apoiar a atividade dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAEs) e realizar o seu Encontro Anual;
- Atrair e apoiar o investimento proveniente da diáspora, através da ação do Gabinete de Apoio ao Investimento da Diáspora, da sua articulação com os GAEs e da realização do IV Encontro do Investidor da Diáspora, na Região Centro, e do II Encontro Intercalar no Funchal;
- Consolidar os regimes de apoio ao associativismo, tendo especialmente atenção o seu papel social e cultural, e apoiar as iniciativas do Conselho da Diáspora;
- Dialogar permanentemente com o Conselho das Comunidades Portuguesas e apoiar as suas atividades;
- Consolidar os mecanismos de apoio social a emigrantes carenciados (ASIC e ASEC);
- Incentivar a participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro, no quadro das novas condições de participação nos atos eleitorais a decorrer em 2019;
- Realizar o Iº Encontro Mundial da Diáspora.

2.8. No âmbito do apoio à internacionalização da economia, destacam-se as seguintes medidas:

- Prosseguir a abertura da economia portuguesa ao exterior, visando a diversificação de mercados, potenciando a centralidade atlântica de Portugal e a dimensão económica dos países de língua portuguesa, e dinamizando a cooperação triangular na internacionalização;
- Prosseguir o apoio à internacionalização das empresas e assegurar maior proximidade às empresas exportadoras, com especial atenção às PME, às novas exportadoras e às exportadoras para um só mercado, tirando partido de novas ferramentas como o Exportar Online e de uma maior integração da promoção externa conduzida pela AICEP, o turismo, a cultura e as associações empresariais;
- Operacionalizar o Fundo de Fundos para a Internacionalização;
- Aumentar o apoio financeiro aos processos de internacionalização das empresas portuguesas, através da criação de novos produtos de cobertura de risco de crédito e do acesso a financiamento disponibilizado pelas instituições financeiras multilaterais (com destaque para o Compacto Lusófono do Banco Africano para o Desenvolvimento);
- Prosseguir as ações de captação de investimento direto estrangeiro;
- No contexto da saída do Reino Unido da UE, apoiar as empresas portuguesas, com informação, consultoria, valorização das proteções históricas e incentivos à



diversificação de mercados, e promover a atração de investimento, em ligação com a Estrutura de Missão Portugal In;

- Acompanhar a negociação e implementação, pela União Europeia, de Acordos de Comércio Livre e promover a conclusão de acordos bilaterais de natureza económica, por forma a potenciar oportunidades para as empresas portuguesas em mercados terceiros, casos do Canadá e Japão, já em curso;
- Prosseguir a aposta na modernização digital da AICEP, promovendo soluções digitais de simplificação dos serviços prestados pela Agência, tais como o Acelerador de Internacionalização Digital, Optimizador de Investimento, *Business Matching*, entre outros;
- Prosseguir a promoção e a qualificação do território para acolhimento de investimento, nacional e estrangeiro dando especial enfoque às necessidades de revitalização económica do interior do país;
- Prosseguir os esforços de capacitação e qualificação dos recursos humanos para a internacionalização, através designadamente da Academia Internacionalizar e do programa INOV Contacto;
- Organizar a participação nacional na Expo Dubai 2020, atendendo à importância do evento para a divulgação do país e da língua portuguesa, mas também pelo seu potencial de dinamização económica;
- Participar na organização da *Web Summit* 2019.

III SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

A análise dos recursos orçamentais do MNE deve começar por uma constatação óbvia: é que não há, na representação externa, uma correlação necessária entre o volume daqueles recursos e a intensidade e eficácia da ação político-diplomática. Nos assuntos europeus e na política externa multilateral e bilateral a variável-chave é de natureza política e diplomática. Já quanto às estratégias de internacionalização (educacional, linguística, cultural ou económica), à cooperação para o desenvolvimento, ao ensino português no estrangeiro e ao serviço consular, a correspondência entre as medidas de política e a sua expressão orçamental é mais visível.

Tendo em consideração este facto, tratar-se-á apenas, nesta segunda parte, das questões que envolvem aquela expressão orçamental. E, quanto a elas, o Governo define para 2019 cinco prioridades essenciais:

- Favorecer a internacionalização da economia portuguesa, reforçando as capacidades da AICEP e os meios de apoio às empresas exportadoras, à promoção de investimento português no estrangeiro e à atração de investimento direto estrangeiro para Portugal;
- Fomentar a cooperação para o desenvolvimento, ampliando as parcerias locais, regionais e internacionais;
- Reforçar a rede externa do MNE e, em particular, a rede e os serviços consulares;
- Consolidar a difusão do ensino, da língua e da cultura portuguesas;
- Preparar, na dimensão de recursos físicos e humanos, a presidência portuguesa da União Europeia, a realizar no primeiro semestre de 2021.

Para concretizar estas cinco prioridades, o programa de representação externa beneficia de um incremento significativo de meios financeiros, a saber:

- a) O orçamento inicial de despesa ascende a 414,9 milhões de euros (M€), representando mais 4,7% face ao orçamento inicial e mais 12,4% face à estimativa de execução em 2018;
- b) A cooperação europeia delegada no Camões disporá de um total de fundos para atividades de cooperação no valor de 35,4 M€, estimando-se que em 2019 possa realizar, pelo menos, 14,3 M€;
- c) O Fundo de Fundos para a Internacionalização será capitalizado em 20 M€, primeira parcela da capitalização de 100 M€ a realizar em cinco anos;
- d) A SOFID, cuja missão é apoiar a ação do setor privado na cooperação para o desenvolvimento, beneficiará para o efeito de garantias do Estado até ao montante de 20 M€;
- e) O Compacto de Investimento para os Países Africanos de Língua Portuguesa e Timor-Leste beneficiará de garantias do Estado até ao montante de 400 M€;
- f) A linha da Convenção Portugal-Angola – de que beneficiam empresas portuguesas – será aumentada dos atuais 1000 M€ para 1.500 M€.

Os valores das alíneas a), c) a f) têm tradução no Orçamento de Estado. Os acréscimos aos valores do orçamento do Camões para a cooperação, que resultam da cooperação europeia delegada neste instituto, decorrem de transferências da União Europeia, que são acumuladas nos saldos do Camões e que são mobilizadas à medida da execução dos projetos.

Adicionalmente, na sua função de porta única de acesso aos incentivos públicos das empresas estrangeiras e das empresas nacionais com investimentos superiores a 25 milhões de euros ou volume de negócios consolidado superior a 75 milhões de euros, a AICEP intermedia a disponibilização de subsídios, créditos e benefícios fiscais ao investimento português e ao investimento direto estrangeiro. Em resultado, em 2018, e com a informação disponível até ao fim de outubro, os regimes contratual e geral de apoio ao investimento garantiram a atração de investimentos no montante global de 873 milhões de euros, com a criação de 3684 empregos. No mesmo ano, o sistema de apoio à internacionalização das empresas portuguesas disponibilizou fundos na ordem dos 73 milhões de euros, de que beneficiaram quase 500 empresas exportadoras e associações, e realizando um investimento total de 196 milhões de euros.

2. DESPESA CONSOLIDADA

Consideremos agora, especificamente, o orçamento inicial do MNE, nos três subsectores em que se decompõe: o subsector Estado, isto é, os serviços da sua administração direta; os serviços e fundos autónomos, isto é, o Camões e o Fundo para as Relações Internacionais; e as entidades públicas reclassificadas, isto é, a AICEP. A despesa total prevista é, como já se disse, de 414,9 M€.

Quadro 1 – Despesa consolidada do MNE por subsectores

	2018		2019	Variação Orçamentos	Estrutura 2019
	Estimativa	Orçamento	Orçamento		
Estado	298,4	319,4	334,0	4,6%	65,4%
1. Atividades	292,9	307,4	322,9	5,0%	63,2%
1.1. Com cobertura em receitas gerais	274,8	289,2	292,2	1,0%	57,2%
Funcionamento em Sentido Estrito	204,8	219,2	227,2	3,6%	44,5%
Dotações Específicas	70,0	70,0	65,0	-7,1%	12,7%
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	70,0	70,0	65,0	-7,1%	12,7%
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	18,1	18,2	30,7	68,4%	6,0%
2. Projetos	5,5	12,0	11,1	-7,6%	2,2%
2.1. Financeiro Nacional	5,3	9,9	10,0	1,5%	2,0%
2.2. Financeiro Comunitário	0,2	2,1	1,1	-49,8%	0,2%
Serviços e Fundos Autónomos	106,9	113,2	128,9	13,8%	25,2%
Entidades Públicas Reclassificadas	35,8	38,9	47,9	23,1%	9,4%
Consolidação entre e intra-setores	72,1	75,4	95,8		
Despesa Total Consolidada	369,0	396,1	414,9	4,7%	
Despesa Efetiva Consolidada	369,0	396,1	414,9		



a) O orçamento inicial da administração direta do Estado apresenta, comparativamente com o orçamento inicial de 2018, um crescimento de 4,6 %, os quais resultam de um acréscimo de receitas gerais em 3 M€ e do reforço das transferências do FRI (receitas próprias) para o orçamento da Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE (Gafmne) em mais 11,5 M€ do que em 2018 (o que corresponde a uma medida de natureza administrativa).

O aumento da despesa de funcionamento do MNE, financiado por receitas gerais, na ordem dos 3,6 %, o equivalente a mais 8 M€, fica a dever-se:

- Crescimento expectável das despesas associadas ao funcionamento da rede externa, designadamente rendas, segurança e outros serviços;
- Aumento da despesa com pessoal decorrente das valorizações remuneratórias, da integração dos trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP);
- Preenchimento de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos, e ainda no reforço da Representação de Portugal junto da União Europeia (Reper) e decorrente da abertura de concursos de ingresso na carreira diplomática (adidos).

A dotação específica relativa a Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais (CQOI), que regista uma diminuição face ao valor inicial de 2018, está em linha com os encargos dos últimos anos, no pressuposto de estabilização da taxa de câmbio do euro face ao dólar americano. Trata-se, pois, de alinhar o valor orçamentado com o que tem sido o nível real dos encargos do Estado português neste domínio.

Mantém-se, em 2019, o esforço de investimento dos últimos anos na modernização do MNE, nomeadamente na requalificação das instalações e equipamentos, com especial destaque dos postos externos, e no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, salientando o financiamento comunitário de projetos através do SAMA 2020 e do Fundo para a Segurança Interna.

b) No que respeita aos Serviços e Fundos Autónomos, verifica-se um crescimento de 13,8%, o equivalente a mais 15,7 M€, assim justificados:

- Camões: acréscimo de 3,7 M€ comparativamente ao orçamento inicial de 2018, justificados pelo reforço da Cooperação Internacional e do Projeto Meridiano, o qual visa conceber e testar o uso das novas tecnologias de informação e comunicação para divulgar as criações musicais portuguesas na diáspora;
- FRI – Fundo para as Relações Internacionais: acréscimo de 5 M€ de receitas próprias em 2019 relativamente ao ano anterior, relacionadas com a emissão de atos consulares e ARIs, estando em linha com a tendência crescente verificada nos últimos anos, e de 7 M€ da utilização de saldos transitados do FRI, a transferir para a AICEP para financiamento da Expo 2020 no Dubai.

c) No que respeita à AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, verifica-se um crescimento de 9 M€ destinados ao reforço das ações de promoção

internacional do país e das suas marcas, produtos e empresas, e ao financiamento da Expo 2020 no Dubai.

O quadro 2 compara o orçamento inicial de 2019 com o orçamento inicial de 2018 para as diversas entidades que integram o Orçamento Global do MNE.

Quadro 2 – Despesa consolidada do MNE por unidades orgânicas

	2018	2019	Varição	Estrutura
	Orçamento	Orçamento	Orçamentos	2019
1 MNE	202,6	222,2	9,6%	48,6%
2 Camões	68,2	71,9	5,3%	15,7%
3 Subtotal Funcionamento e Investimento	270,9	294,0	8,6%	64,4%
4 Organizações Internacionais	70,0	65,0	-7,1%	14,2%
5 Fundo para as Relações Internacionais	45,0	50,0	11,1%	10,9%
6 AICEP	38,9	47,9	23,1%	10,5%
7 Total	424,8	456,9	7,6%	100,0%
8 Consolidação entre e intra-setores	28,6	42,0		
9 Despesa Total Consolidada	396,1	414,9	4,7%	

A despesa total consolidada, em 2019, será 4,7 % superior à despesa inicialmente prevista em 2018, correspondendo a mais 18,8 M €, fundamentada por:

- Gafmne (funcionamento e investimento): acréscimo de 9,6 % correspondendo a mais 19,6 M€.
- Camões: acréscimo de 5,3 %, correspondendo a mais 3,7 M€.
- CQOI: redução de 5 M€, correspondendo à perspetiva dos gastos em 2019, em linha com os encargos dos últimos anos, no pressuposto de estabilização da taxa de câmbio do euro face ao dólar americano.
- FRI: acréscimo de 11,1 %, correspondente a mais 5 M€ de receita própria associada à emissão de atos consulares e ARIs.
- AICEP: acréscimo de 23,1 %, correspondente a mais 9 M€.

3. DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Na perspetiva da natureza da despesa, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Quadro 3 – Despesa por classificação económica

(M€)

	Orçamento para 2019					Estrutura 2019
	Estado	SFA incluindo EPR			Total Consolidado	
		SFA	EPR	Total		
DESPESA CORRENTE	323,5	118,4	46,0	164,4	402,5	97,0%
01-Encargos com pessoal	139,5	37,6	26,8	64,4	203,9	49,2%
02-Aquisição de bens e serviços	46,5	9,9	14,5	24,4	71,0	17,1%
03-Juros	0,0				0,0	0,0%
04-Transferências correntes	116,4	65,4	4,4	69,8	100,8	24,3%
05-Subsídios						0,0%
06-Outras Despesas Correntes	21,0	5,4	0,3	5,8	26,8	6,5%
DESPESA DE CAPITAL	10,4	10,5	1,9	12,4	12,4	3,0%
07-Aquisição de bens de capital	10,2	0,4	1,9	2,2	12,4	3,0%
08-Transferências de capital	0,3	10,1		10,1		0,0%
11-Outras Despesas de capital		0,0		0,0		0,0%
Consolidação entre e intra-subsetores					95,8	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	334,0	128,9	176,7	176,7	414,9	100,0%
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	334,0	128,9	176,7	176,7	414,9	

As despesas com pessoal mantêm o maior peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, representando 49,2%. Elas incluem os encargos com a rede externa, bem como com a rede do ensino português no estrangeiro e com agentes da cooperação. De notar que a despesa orçamentada para 2019 inclui os encargos associados às valorizações remuneratórias decorrentes do descongelamento de carreiras e a integração dos trabalhadores no âmbito do PREVPAP, também na rede externa.

As transferências correntes representam 24,3% do total consolidado, incluindo as contribuições e quotizações para organizações internacionais, as transferências do Fundo para as Relações Internacionais para o orçamento de funcionamento do MNE e para projetos de cooperação do Camões. Incluem ainda as verbas inscritas no orçamento do Camões destinadas ao financiamento da cooperação internacional e da ação cultural externa.

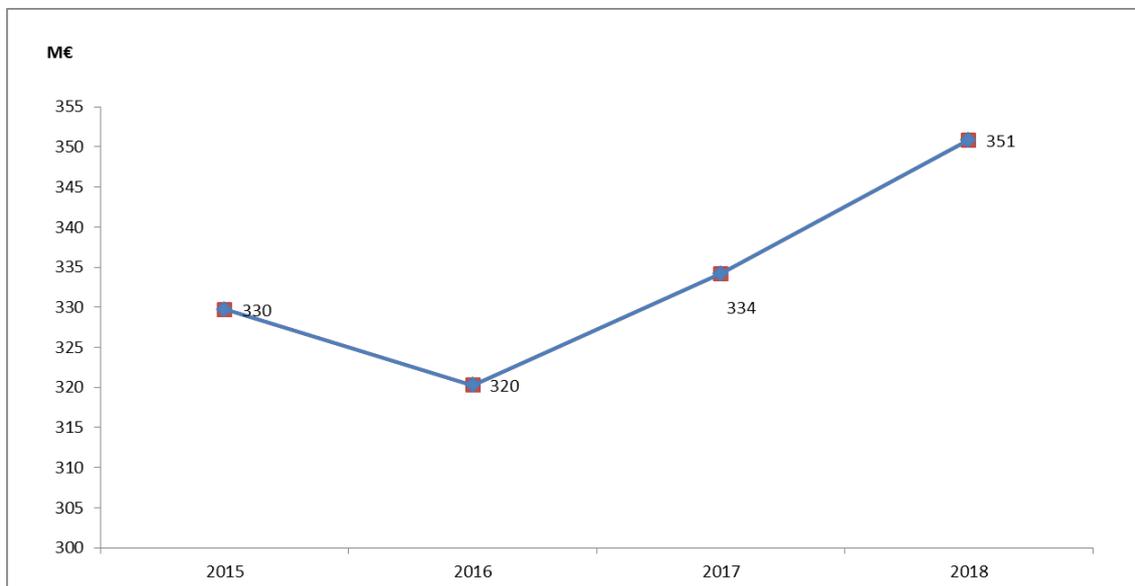
4. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

O orçamento do MNE representou, continuamente, ao longo dos últimos cinco anos, 0,6 % do Orçamento de Estado.

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução da execução das despesas de funcionamento do MNE, considerando todas as fontes de financiamento, exceto o respeitante à AICEP, no período de 2015 a 2018.

O orçamento inicial para 2019 estabelece, não considerando a AICEP, um teto de despesa equivalente a 379 M€.

Gráfico 1 – Evolução da Despesa de Funcionamento do MNE



Obs.:

(1) Exclui AICEP

(2) 2018 - Estimativa de despesa MNE



III TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Os recursos humanos constituem uma variável-chave da diplomacia e da política externa. São também uma das maiores restrições exógenas com que temos de operar, originada no quadro geral definido pela política para a administração pública. Assim, no período do Programa de Ajustamento (2011-2014), o MNE sofreu uma considerável redução dos seus recursos; desde 2015, procurou, primeiro, contê-la e, depois, encetou um processo de recuperação. Entre as medidas de política empreendidas desde então, avultam as seguintes:

- a) Abertura (ou reabertura) de pontos da rede externa. Desde novembro de 2015, foram abertas ou reabertas 1 embaixada, 1 consulado geral e 5 escritórios consulares, além de 11 delegações da AICEP. Ao mesmo tempo, reduziu-se o número das embaixadas com apenas um diplomata de 16 em 2017 para 12 em 2018 e reduzir-se-á para 9 em 2019;
- b) Reforço do corpo de diplomatas ao serviço do Estado português, com abertura de concursos para adidos. Com o concurso para 25 vagas a abrir ainda em 2018, o MNE conseguirá, pela primeira vez em muitos anos, preencher totalmente o quadro de 55 adidos, o que é, como se sabe, a única maneira possível de reforçar sucessivamente os diferentes níveis da carreira diplomática;
- c) Reforço do conjunto dos efetivos e, designadamente, daqueles colocados na rede externa. Em dezembro de 2018, o número estimado de efetivos do MNE será superior ao verificado em fins de 2017; e a AICEP concluirá o ano de 2018 com um número de funcionários superior ao do seu início, o que sucede pela primeira vez em vários anos;
- d) Regularização da situação de trabalhadores precários desempenhando funções permanentes, processo que resultará, no fim de 2018, na entrada nos quadros de 100 novos funcionários;
- e) Melhoria das condições de trabalho dos funcionários, através de medidas como a regularização do mecanismo de correção cambial, a alteração das condições de aplicação do IRS, a reposição dos rendimentos e o descongelamento das carreiras;
- f) Desenvolvimento dos serviços externalizados de apoio à atividade consular, através de centros de atendimento. Entre 2015 e 2018, foram acrescentados mais dois centros, ambos no Brasil, e reforçado o pessoal de outros, representando um crescimento em 31% (de 80 para 105) do número de postos de trabalho afetos ao desempenho de tarefas generalistas de atendimento público, permitindo aos funcionários do MNE concentrarem-se em atos consulares que só eles podem fazer;
- g) Desenvolvimento de serviços consulares prestados por via telefónica ou digital, libertando assim os consulados de trabalho e melhorando as condições de prestação de informações e de marcações. O projeto piloto implementado em 2018, de um Centro de Atendimento Consular servindo os compatriotas residentes em Espanha, provou muito bem, com a realização de 12 mil atos. Por isso, em 2019, ele será alargado a outros três países;
- h) Realização de um programa de estágios profissionais (remunerados) para recém-licenciados, o PEPAC-MNE, que, para além do objetivo principal de lhes proporcionar uma experiência de imersão em embaixadas, missões permanentes, consulados e delegações da AICEP, enriquece todos estes pontos da rede externa com novos e valiosos recursos.

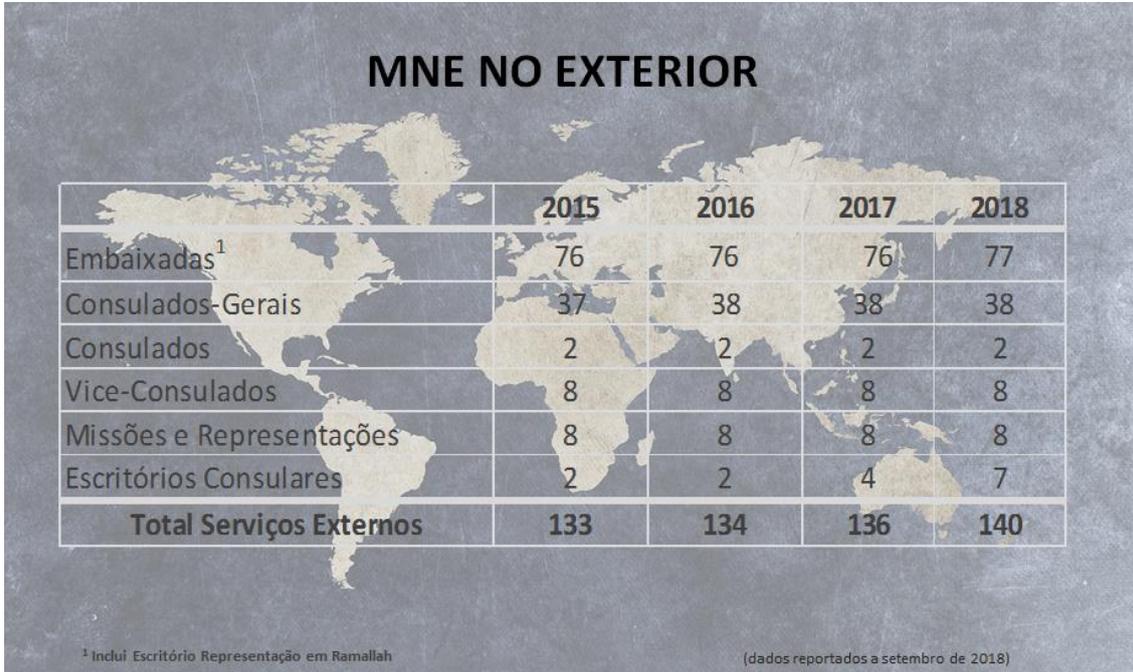
Nas duas edições já decorridas, participaram 82 estagiários em 2015/2016, beneficiando 53 postos, 73 em 2017/2018, beneficiando 61 postos e na 3.ª edição, com efeitos também em 2019, serão 85 estagiários, distribuídos por 70 postos. Ao mesmo tempo, na mais recente edição do programa INOV Contacto, foram colocados 31 estagiários na rede externa do MNE.

Nesta terceira parte, apresentaremos sucessivamente o mapeamento da nossa rede externa e a síntese dos efetivos por categorias profissionais e funcionais.

2. TIPOLOGIA E GEOGRAFIA DA REDE EXTERNA PORTUGUESA

A representação externa do Estado conta com a rede diplomática e consular constituída por embaixadas, consulados gerais, consulados e vice-consulados, missões e representações permanentes e escritórios consulares. O número atual de serviços na rede externa é de 140 (face a 133 em 2015), com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

Quadro 4 – Serviços da rede externa por tipo de posto diplomático



MNE NO EXTERIOR

	2015	2016	2017	2018
Embaixadas ¹	76	76	76	77
Consulados-Gerais	37	38	38	38
Consulados	2	2	2	2
Vice-Consulados	8	8	8	8
Missões e Representações	8	8	8	8
Escritórios Consulares	2	2	4	7
Total Serviços Externos	133	134	136	140

¹ Inclui Escritório Representação em Ramallah

(dados reportados a setembro de 2018)

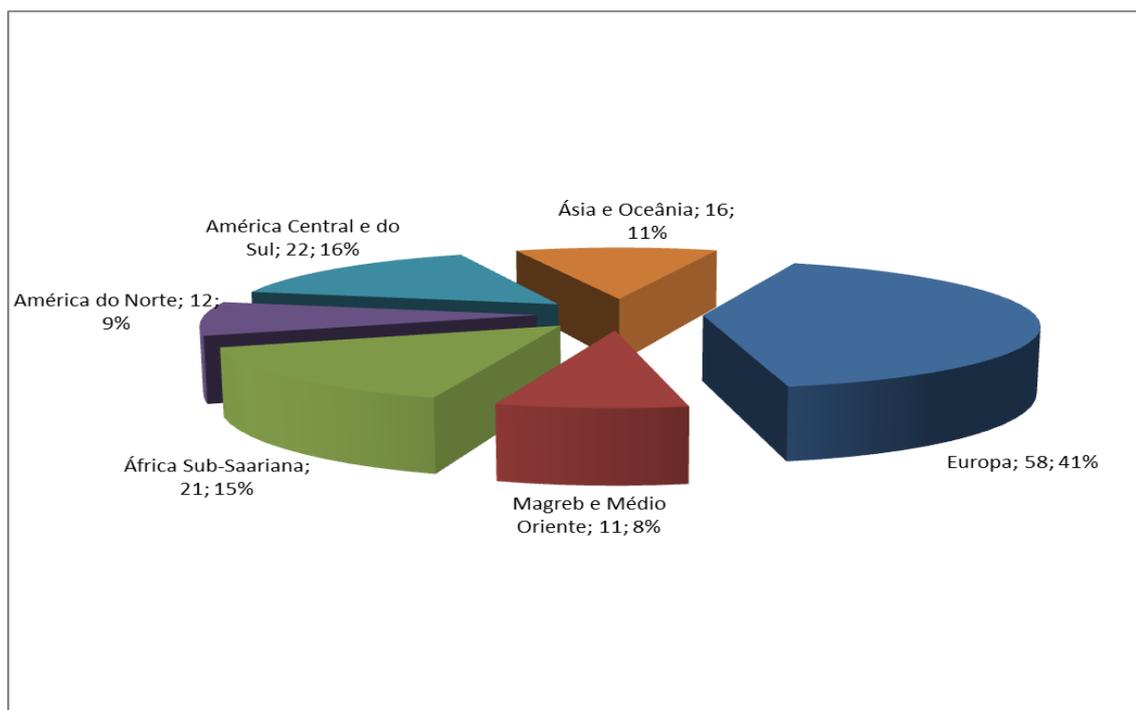
Em 2018 a Rede Externa do MNE engloba 140 postos, dos quais 55% constituem a rede de Embaixadas, 40% a Rede Consular e 5% correspondem a Missões ou Representações permanentes junto de organizações internacionais.

Regista-se, em 2018, a reabertura da Embaixada em Nairobi e dos Escritórios Consulares em Nantes e Frankfurt, bem como a criação do Escritório Consular em Santos. Também em 2018 a

Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO deixou de ser assegurada em regime de acumulação pela representação bilateral, passando a ser chefiada por Embaixador próprio.

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa, constante do gráfico 3 e do quadro 5, mostra que em termos relativos os postos diplomáticos se encontram mais concentrados nos continentes europeu e americano.

Gráfico 3 – Distribuição geográfica dos postos diplomáticos



Quadro 5 – Localização dos postos diplomáticos

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total	
Embaixadas¹	29	11	14	2	10	11	77	55%
Consulados gerais	15	0	6	7	5	5	38	27%
Consulados	0	0	0	1	1	0	2	1%
Vice Consulados	2	0	0	1	5	0	8	6%
Missões e Representações Permanentes	7	0	0	1	0	0	8	6%
Escritórios consulares	5	0	1	0	1	0	7	5%
Total	58	11	21	12	22	16	140	
	41%	8%	15%	9%	16%	11%		

¹ Inclui Escritório de Ramallah

3. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 31 de julho de 2018 representavam um total de 2802 efetivos (excluindo o pessoal dos Centros Culturais e os

efetivos da AICEP), já com um ligeiro acréscimo face a 2017 (1,6%). Este número de efetivos reflete processos de recrutamento iniciados em 2017 e concluídos em 2018 nos serviços internos – como foi o caso do ingresso de 30 Adidos de Embaixada e do recurso à mobilidade interna – e nos serviços periféricos externos.

Em 2018 foram lançados concursos para preenchimento de 116 lugares para reforço dos Serviços Periféricos Externos, dos quais 93 estarão concluídos no final de 2018.

A 31 de dezembro de 2018 espera-se que o número de trabalhadores em funções ascenda a 3033, representando, face ao período homólogo, um aumento de 275 postos de trabalho, dos quais 100 resultam do processo dos precários (PREVPAV). Em 2018 inverteu-se a tendência de redução dos últimos anos, com incidência no pessoal diplomático e técnico nos serviços internos e externos.

Quadro 6 – Variação de efetivos 2017/2018 e distribuição por agrupamento profissional

	2017 (31-dez)	2018 (31-jul)	2018 (31-dez)	Varição 31-dez 2018/ 31-dez 2017
1 Diplomatas	406	428	429	23
2 Pessoal Especializado	65	65	65	0
3 Pessoal Técnico	400	405	420	20
4 Assistente Técnico	252	259	267	15
5 Assistente Operacional	60	58	63	3
6 Pessoal Local (Serviços Externos)	1.141	1.141	1.298	157
7 Rede EPE (Leitores e Professores)	374	382	381	7
9 Subtotal Efetivos MNE	2.698	2.738	2.923	225
10 Agentes Cooperação	60	64	110	50
11 Total	2.758	2.802	3.033	275

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

^a Inclui 100 PREVPAV do universo de 157

Quadro 7 – Variação de efetivos 2017/2018 e distribuição por organismos do Ministério

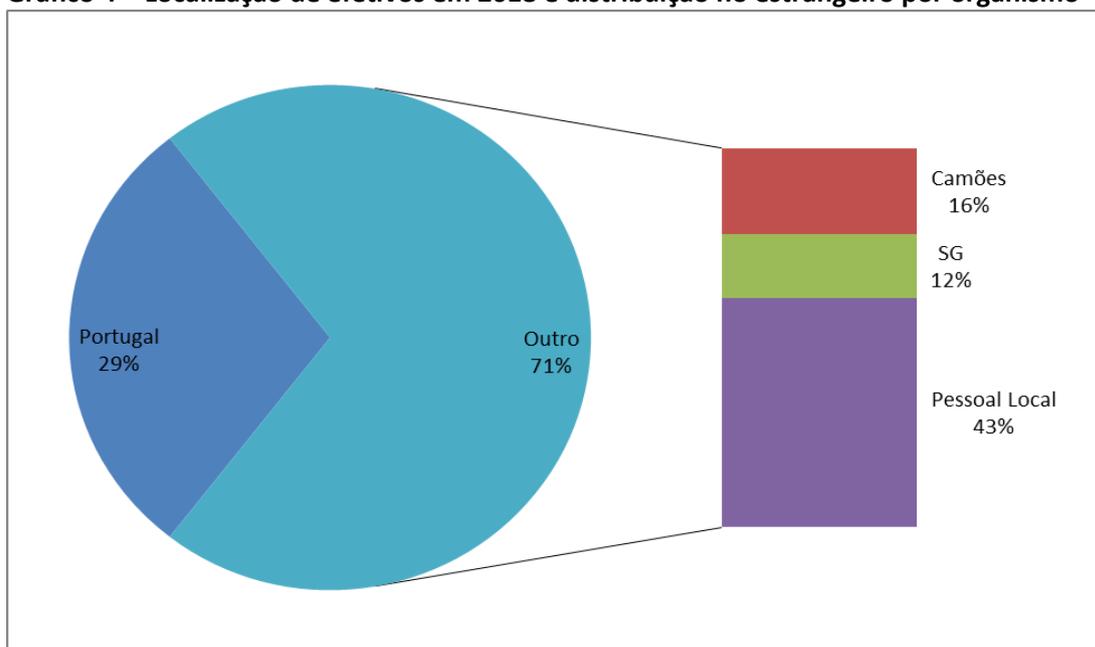
	2017 (31-dez)	2018 (31-jul)	2018 (31-dez)	Varição 31-dez 2018/ 31-dez 2017
1 Gabinetes	73	75	75	2
2 MNE - Serviços internos	979	1.006	1.007	28
3 Secretaria Geral	674	688	689	15
4 DGPE	108	114	114	6
5 IGDC	15	15	15	0
6 DGAE	110	115	115	5
7 DGACCP	72	74	74	2
8 MNE - Serviços Externos	1.141	1.141	1.298^a	157
9 MNE - Serviços e fundos autónomos / CICL	565	580	653	88
10 Total Efetivos MNE	2.758	2.802	3.033	275

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

^a Inclui 100 PREVPAV do universo de 157

A distribuição geográfica dos recursos humanos do Ministério entre Portugal e o estrangeiro, constante do gráfico *infra*, mostra que 71% dos efetivos se encontram em funções nos serviços periféricos externos, comparativamente com o peso de 68% verificado em 2015.

Gráfico 4 – Localização de efetivos em 2018 e distribuição no estrangeiro por organismo



Quadro 8 – Localização de efetivos em 2018 e distribuição por agrupamento profissional

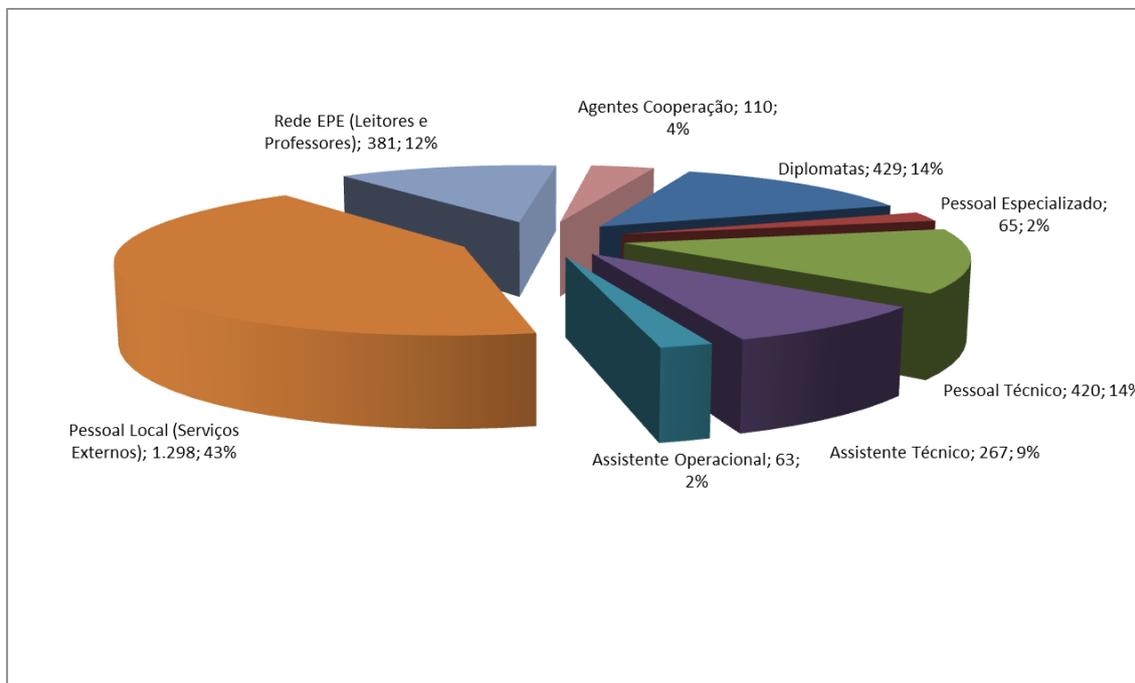
	2018 (31-jul)			2018 (31-dez)		
	Portugal	Estrangeiro	Total	Portugal	Estrangeiro	Total
1 Diplomatas	170	258	428	170	259	429
2 Pessoal Especializado	0	65	65	0	65	65
3 Pessoal Técnico	382	23	405	397	23	420
4 Assistente Técnico	247	12	259	255	12	267
5 Assistente Operacional	58	0	58	63	0	63
6 Pessoal Local (Serviços Externos)		1.141	1.141	0	1298 ^a	1.298
7 Leitores e Docentes	0	49	49	0	20	20
8 Professores e Coordenadores	0	333	333	0	361	361
9 Subtotal Efetivos MNE	857	1.881	2.738	885	2.038	2.923
10 Agentes Cooperação	0	64	64		110	110
11 Total	857	1.945	2.802	885	2.148	3.033

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

^a Inclui 100 PREVPAV do universo de 157

Da distribuição dos efetivos em 2018 (estimada para 31 de dezembro) por agrupamento profissional verifica-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros mantém uma taxa de tecnicidade bastante significativa, ou seja, de 30%.

Gráfico 5 - Efetivos em 2018 – peso relativo por agrupamento profissional



Para 2019, e tendo em vista fazer face às necessidades de recursos humanos da rede consular e diplomática, bem como dos serviços centrais do MNE, foram previstos recursos financeiros que permitem dar continuidade ao processo de reposição do nível de recursos humanos considerado indispensável para o desenvolvimento da ação externa do Estado. A rede consular constitui, todavia, uma questão específica. Não cessa de aumentar a procura de serviços consulares, tendo os atos consulares ultrapassado, pela primeira vez, em 2017, o total de 2 milhões. Este número prova a enorme capacidade de resposta da rede, e o bem fundado das medidas que foram garantindo a sua modernização. Elas são parte de uma revisão mais sistémica da geografia da rede consular, da tipologia de serviços, das formas físicas e digitais de acesso e do estatuto dos funcionários.